

RELATIVIZANDO O TRABALHO INFANTIL A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA:

o caso das crianças Capuxu

Emilene Leite de Sousa*

RESUMO

O trabalho infantil tem sido compreendido, de forma generalizada, como um problema social, o que deu origem a programas do Governo Federal como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). É verdade que o trabalho infantil é muitas vezes sinônimo de exploração e de maus tratos, mas estas características não são verdadeiras nas condições da agricultura camponesa, pois, neste caso, o trabalho familiar não é regido pelos estritos imperativos de rentabilidade, não havendo exploração da força de trabalho de seus membros, uma vez que não houve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção. Deste modo, o trabalho infantil parece adquirir um significado diferente da simples produção de riqueza material, constituindo-se num meio de aprendizagem, afirmação da identidade camponesa e de socialização das crianças no seio da família e da comunidade. Ir ao roçado é socializar-se, uma vez que o roçado se constitui como o espaço principal de convivência familiar e comunitária. Esta pesquisa foi desenvolvida entre as crianças Capuxu, no Sertão da Paraíba.

Palavras-chave: Trabalho Infantil, Crianças Camponesas, Socialização.

1 INTRODUÇÃO

“Levanta Neguinho!”, assim acorda o menino para mais um dia de

* Mestre em Sociologia pela UFCG, professora substituta do Dep. de Sociologia e Antropologia da UFMA.

vida. Pula da rede e banha o rosto rapidinho. Toma o café com batatas enquanto a mãe prepara a panela que ele deve levar ao pai, irmãos e irmãs que já estão na roça. Segura a panela com batatas pesada, tampada e ainda quente em uma mão. Na outra apoia a garrafa de café com uma sacolinha de copos. Aparece à porta, descendo vagarosamente os degraus da calçada que dão acesso ao chão.

De sandálias tipo havaiana com um elástico improvisado que segura e mantém as sandálias no pé. Os dedinhos dos pés escorregam para frente tentando sair das sandálias, e seus pesinhos ligeiramente puxados para trás, relutam em escorregar pela terra quente.

De mãos pequenas e ásperas e unhas sujas. Roupas curtas para o seu tamanho, geralmente de malha. Bermuda curta e camiseta que mal chega até o umbigo. O boné que leva com o intuito de se proteger do sol é imenso, passeia pela sua cabecinha pequena, e não combina em nada com a roupa. Ele tenta na parte de trás do boné diminuí-lo, mas verifica desapontado que já está encaixado no último buraquinho.

Segue assim o percurso que o leva ao roçado para junto de seus irmãos. Mal chega lá e é abordado por um deles que pede, “pega aí Neguinho, essa foice”. Ele corre e se abaixa segurando com as duas mãozinhas a pesada foice e leva-a para o irmão.

Embaixo, à sombra da mangueira, está apoiada ao pé, uma pequena enxada improvisada. Ele vai buscá-la, ocupa o seu espaço no roçado – a priori o que estiver vago – e começa a trabalhar.

Ora, puxa o mato com toda a sua força dando golpes com a enxada; ora, se abaixa e puxa com uma mãozinha o pequeno arbusto que teimou em ficar. Logo se levanta e recomeça a dar golpes com a enxadinha.

Às vezes se curva para tirar um espinho do pé sem ao menos reclamar. Quando se corta ou se machuca de alguma forma, senta chorando na pedra quente ao lado, só o tempo em que alguém verifica a perna ou mãozinha machucada. Neste caso, seus irmãos e pais logo lhe dispensam do “trabalho” mandando ir brincar. Mas sozinho? Ele prefere continuar no “trabalho”, enxuga o rosto e recomeça.

Em pouco tempo esquece o machucado e sorri enquanto atira pedrinhas em uma rolinha. Sente-se ágil, hábil, embora não acerte uma. “Olha Galego, ia acertano!” e sorri sozinho.

Durante a plantação coloca número de caroços de milho diferentes a cada vala. Mas garante ao pai que está colocando a quantidade certa, “num são cinco, pai?”

Volta junto à família para o almoço em casa, onde come e senta no chão frio imitando o gesto do pai que se sentara para preparar e acender um cigarro. Logo voltam todos juntos para o roçado.

Ele segue à frente. Arranca uma pequena varinha do mato que leva sempre à mão, batendo em todo pé que encontra pela frente. Não sei se o que pensa levar em mãos é um cipó que faz dele um pequeno grande homem valente ou uma varinha de condão que lhe assegurará a realização de todos os seus desejos.

Seu caminho é cruzado por uma alta porteira de madeira. Olhando rapidamente para cima tenta alcançá-la subindo pouco a pouco, madeira por madeira que constituem a grande porteira. Do alto não consegue com uma só mão soltar a corda que a prende a cerca.

Pula rapidamente e antes que o adulto se aproxime para abrir a “cancela”, se arrasta pelo chão passando por baixo do arame farpado que lhe cruzava o caminho. De tanto esforço para se abaixar, noto um grande espaço vazio que fica entre o seu corpinho e o arame. E ele num esforço de quem se sente enorme!

Mal vence o obstáculo e se põe a correr. Pára para ver passar uma pequena lagarta de fogo e usa o cipozinho para vira-la com ares de quem fez uma grande maldade.

Corre até o lajedo, típico do lugar, por acreditar que aquele é o lugar mais alto. Num gesto de sabedoria e superioridade, pára de perninhas abertas, mão na cintura e a outra leva lentamente aos olhos como quem, ora protege seus olhinhos da luz forte do sol, ora enxerga algo muito além do horizonte. Com voz doce murmura: “é, parece que vai chover”.

Neste trajeto, o seu pai encontra um compadre que pergunta “e esse rapaz, já sabe limpá mato?” ao que o pai prontamente responde, “nada, vai só brincar no roçado perto de nós.” Desapontado, Neguinho resmunga, “e eu num sei pai?” Continua o seu caminho enquanto os irmãos caçoam da chupeta presa num cordão pendurada em seu pescoço.

No fim da tarde é momento de voltar. Antes de ir para casa lhe resta a última tarefa: verificar se as galinhas estão todas no chiqueiro. Finge que conta baixinho os mesmos números que conhece repetidos numa ordem errada – 1, 8, 5, 18, 3, 10, 8, 18, 10, 15 - se atrapalha, recomeça a contar.

De repente tange uma enorme vaca para o curralzinho feito de varas enquanto o seu pai fecha a porteira. E, finalmente, corre para o banho nos fundos da casa, de onde volta aparentemente limpinho, se não levarmos em consideração pés encardidos e unhas sujas.

Deita na sala junto aos adultos que contam histórias depois do jantar e adormece em poucos minutos. É preciso que um dos irmãos o leve para a sua rede no quarto, e ele nem acorda, só pela manhã com o grito estridente de sua mãe: “Levanta Neguinho”. E aí, já viu...começa tudo de novo.¹

Este ensaio se propõe a pensar a questão da exploração do traba-

lho infantil a partir de um caso específico: o trabalho realizado pelas crianças camponesas.

O interesse por este estudo nasceu de minha experiência ainda durante a graduação, quando estudava a disposição dos jovens filhos de agricultores familiares em assumirem ou não o trabalho agrícola. Minha atenção despertou para a ida das crianças ao roçado, junto aos demais membros da família. Pude verificar, a partir de então, um trabalho infantil diferente daqueles que geralmente são denunciados pela imprensa e pela ciência.

Entre o povo Capuxu, o trabalho infantil não assume o papel de explorador da infância, muito menos de perverso e usurpador desta fase do ciclo de vida. Além disso, ele não representa, como sugere muitos autores, a negação do lúdico.

Com base nisso, o objetivo deste ensaio é propor uma reflexão sobre a exploração do trabalho infantil, a partir das condições em que este trabalho é realizado. Encontrei, no caso Capuxu, um trabalho infantil diferenciado e que foge à regra daqueles que devem ser erradicados.

Acredito que é tarefa da ciência, especialmente da antropológica no exercício da relativização, distinguir o trabalho infantil que visa à socialização das crianças e não as explora, daquele que, de fato, constitui um problema social.

2 O UNIVERSO CAPUXU

Esta pesquisa se realizou no município de Santa Terezinha – PB, localizado na Mesorregião do Sertão paraibano e microrregião da depressão² do Alto Piranhas. Este município tem uma área total de 304,4 Km e uma população de 4.980 habitantes, sendo 3.881 no meio rural e 1.099 na área urbana. Limita-se ao norte com a cidade de Patos e ao sul com Catingueira, ao leste com Mãe D'água e ao oeste com Malta.

Santa Terezinha foi elevada à condição de distrito de Patos pela lei n.º 653, de 06 de dezembro de 1951. A sua autonomia administrativa foi alcançada na lei n.º 77, de 29 de dezembro de 1961, quando este distrito foi desmembrado de Patos.³

O Sítio Santana – Queimadas está localizado a 8 km da cidade de Santa Terezinha. É nele que vive o povo Capuxu⁴, a 8 km da cidade de Santa Terezinha. É nos 18km de extensão do Sítio que estão abrigadas 49 famílias que formam um total de 235 habitantes.

A história do povo Capuxu permanece uma incógnita. Não se sabe exatamente quando chegaram ao local os primeiros habitantes que iniciaram ali a história da comunidade. Não se sabe mesmo de onde eles vieram. Todavia, a tentativa desse resgate histórico já teve início com um grande empenho por parte

da comunidade em descobrir sua própria origem. Há rumores de que o primeiro habitante do local teria sido um baiano cujo nome era Agostinho Nunes da Costa. Esta informação justificaria o sotaque do povo caracterizado pela lentidão com que pronuncia as palavras.

Diz-se do termo Capuxu que este lhes fora dado por conta de um de seus antecessores que se chamava João e tinha como hábito a caça de abelhas, dentre as quais havia destaque para a espécie Capuxu, de modo que o apelido João Capuxu lhe foi concedido pelo povo das redondezas e repassado de geração a geração.

Além das 49 casas construídas e dos roçados e hectares de terra distribuídos de forma desigual entre as famílias, encontramos no local, pequenos barreiros, uma escola, um posto telefônico e uma igreja, além da casa paroquial. Há ainda campos de futebol onde se desenrolam os treinos nos fins de semana e o clássico entre os dois times do local, geralmente realizadas em datas comemorativas.

Quanto a estas datas, ressaltamos o São João com apresentação de quadrilhas, forró e comidas típicas e a festa da Padroeira Sant'Ana que é realizada em Julho, sendo uma das mais famosas da região.

A comunidade Capuxu vive basicamente da agricultura de subsistência. Algumas outras ocupações, rurais ou não, aparecem esporadicamente para estes agricultores, sendo o cultivo do milho, feijão, legumes e frutas diversas, o que garante a sobrevivência de toda a comunidade.

O povo Capuxu é também motivo de orgulho para a Secretaria de Educação do município. É detentor do maior índice de alfabetização da região e atualmente nenhuma das crianças em idade escolar está fora de sala de aula.

Outra característica interessante desse povo é o sistema endogâmico de casamento. Dentre as 49 famílias atuais somente 3 se casaram com pessoas que não são parentes entre si. É normal o casamento entre primos legítimos e carnais⁵ de modo que em todo o Sítio há a predominância de quatro sobrenomes: Ferreira, Lima, Menezes e Costa. Este casamento entre parentes seria o casamento preferencial do local.

Embora não haja casos de deficientes físicos visíveis na localidade, fui alertada para uma espécie de esclerose precoce que ocorre a alguns membros de lá e é responsável por várias internações com pacientes de 20 a 40 anos. Acredita a grande maioria dos habitantes que esta doença seria resultado da intensa “mistura de sangue” causada por estes casamentos.

3 UM OUTRO OLHAR SOBRE O TRABALHO INFANTIL

O conhecimento que eu detinha sobre o trabalho infantil durante a graduação não ia mais longe do que as muitas manchetes estampadas nas primeiras páginas dos jornais, os clichês dos meios de comunicação, as revistas, os telejornais e a Internet me permitiam. Além de ter que ultrapassar a esfera de conhecimento do senso comum, deparei-me com um outro tipo de problema no momento de confronto entre dados empíricos e teoria: a crença por parte de muitos autores que estudam o tema trabalho infantil de que este tipo de trabalho significa a completa violação ou negação do lúdico. A minha experiência empírica parecia me indicar um outro caminho.

Embora sempre em pauta nas academias, o tema trabalho infantil não é monopólio destas. A imprensa, o senso comum e alguns programas de Governo estão constantemente divulgando suas impressões a respeito.

O surgimento do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - por exemplo, só veio dar ao assunto uma certeza mais forte: a de que em todo o país, milhares de crianças se vêem perdendo a infância enquanto trabalham arduamente nos mais diversos meios de sobrevivência. A idéia do trabalho infantil como perverso, violento e usurpador, responsável pela “infância perdida” das crianças, era a “frase feita” mais utilizada todas as vezes que o assunto vinha à tona.

Pôr em xeque o que parece óbvio, certo e acabado é uma das mais difíceis tarefas para qualquer pesquisador. A minha experiência durante os três anos e meio como bolsista de iniciação científica, levou-me ao campo, à prática, e me obrigou a suspeitar pela primeira vez das teorias que conhecia. Isto é, pelo menos da interpretação que alguns autores conferiam ao assunto.

Embora saiba da força que tem a noção do trabalho infantil como algo maléfico para qualquer criança, a minha experiência prática entre o povo Capuxu resiste em acreditar que entre aqueles pais que vão ao roçado levando seus filhos, haja qualquer interesse de exploração e violência infantil conforme sugere a imprensa e mesmo a literatura sociológica.

Um fator a ser considerado pode indicar a razão pela qual as crianças vão ao roçado. Não é só a busca pela subsistência. Levar as crianças ao trabalho consiste no início do processo de socialização destas, pois, para seus pais, o trabalho garante a formação dos filhos enquanto cidadãos dignos, honestos e responsáveis.

No caso dos camponeses, o trabalho infantil precisa ser compreendido a partir das condições sociais de sua reprodução e não de determinações capitalistas, pois, nessas unidades, o trabalho emerge como valor central na socialização das crianças até chegado o momento de frequentarem a escola, geral-

mente a partir dos sete anos de idade, quando passam a vivenciar uma nova forma de socialização que não substitui o trabalho, mas que se une a ele.

Assim, sem negar a função prática do trabalho, ressaltamos que ele deve ser visto também como dispositivo de socialização destas crianças do campo. Ele lhes dignifica, lhes garante a honra e o respeito que lhes são devidos, adquirindo um caráter socializador.

A maior parte da literatura sobre o trabalho infantil, produzida hoje no Brasil, se refere a este tipo de trabalho, nas palavras de Santos, como “estratégias perversas de reprodução da vida que arruinam o momento vital da humanização do homem, que é a infância e a adolescência, nas quais se consubstanciam os períodos de desenvolvimento do lúdico e da criatividade”. (SANTOS, 1998, p.03).

É o caso por exemplo dos estudos de Antuniassi (1983) e Demartini (1983) onde o trabalho de crianças aparece, ora diluído em suas precárias condições, ora como o grande substituto do lúdico na infância destas crianças. Logo, este tipo de trabalho emerge nestas obras como o responsável pela “infância perdida” das crianças do campo.

Segundo Martins, haveria “a imposição à criança da dura disciplina do trabalho, pelos próprios pais, para assegurar a inserção precoce do imaturo na lógica inexorável da reprodução do capital”. Para este autor, “a infância é o resíduo de um tempo que está acabando”. (MARTINS, 1993, p.11).

Diante disso, cabe questionar: até que ponto o trabalho infantil erradicaria a dimensão do lúdico no universo das crianças camponesas? Afirmar que o trabalho infantil pode ser, em alguns casos, explorador e violento não deve significar que a vivência deste, em qualquer condição, seja a total negação do lúdico. O fato de serem levados ao roçado para acompanhar, ajudar ou prestar pequenos serviços aos pais, não faz das crianças camponesas vítimas de exploração e violência do trabalho.

Assim, como entender a atitude de crianças que, ao serem levadas ao roçado para ajudar aos pais, transformam os instrumentos de trabalho em brinquedos e utilizam-se do espaço da roça para brincar? A partir do momento em que as crianças fazem do cabo da enxada um cavalo, da espiga de milho uma boneca e do carro de mão um carrinho de passeio, não estariam essas crianças vivenciando o lúdico e conseqüentemente a infância?

A experiência empírica com a qual me deparei me leva a compreender o universo Capuxu noutra direção: entre as crianças Capuxu não há a exploração violenta do trabalho e a negação ou violação do lúdico. As crianças trabalham e brincam ao mesmo tempo, executando assim o trabalho e o lúdico simultaneamente.

Podemos então questionar: será que esta incorporação precoce da

criança no mundo do trabalho pode ser vista como massacre da infância? Há realmente uma substituição por completa dos jogos, brinquedos e brincadeiras pela enxada, conforme sugere Martins (1993).

Se a infância é percebida pela maioria desta literatura específica, como um ciclo de vida definido pelas suas práticas, então não devemos perder de vista as formas e dispositivos de diversão e do lúdico praticados por crianças camponesas.

O contato com uma leitura sociológica específica deu-me a ferramenta necessária para a construção de uma nova abordagem sobre o tema.

Geralmente, o trabalho infantil é associado à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu produtor. Logo, o trabalho das crianças é interpretado como resultado da violência e exploração do modo de produção capitalista, que se fundamenta, historicamente, na dissociação entre trabalhadores e meios de produção. (NEVES, 1999).

Há aqui um importante aspecto que deve ser considerado. Ao contrário do trabalho infantil assalariado, este trabalho realizado pelas crianças camponesas não busca enriquecer os chefes da produção, seus pais. No trabalho das crianças camponesas

outros valores referenciais da reprodução social de posições se encontram em jogo, inclusive aqueles que qualificam a relação positiva entre pais e filhos, mestres e aprendizes. Estas formas de uso do trabalho infantil antecedem e ultrapassam o sistema de produção capitalista, mas não eliminam necessariamente as condições penosas e prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente. (NEVES, 1999, p.11).

Ora, se o trabalho, dentro da produção camponesa e particularmente entre os Capuxu, ocupa o centro das preocupações de adultos e crianças, e além disso possui um valor que tem sido passado de uma geração a outra, caberia pois a preocupação de se estudar em que condições este trabalho se realiza.

Será o trabalho a única experiência da infância destas crianças? Ora, o trabalho, por estar sempre associado à não vivência do lúdico, pode obscurecer o lugar da brincadeira no cotidiano (MENEZES, 2000), principalmente quando esta brincadeira está imbricada no próprio trabalho. Poderíamos então perguntar se estaria o trabalho de fato se sobrepondo à infância destas crianças. Seria o trabalho executado durante a infância, a negação da existência desta fase ou da fase lúdica?

A partir de Menezes (2000), percebemos que o trabalho não representa a total violação do lúdico e da criatividade das crianças camponesas; mas o lúdico tanto está presente no momento em que se trabalha, como nos intervalos do dia e da semana.

Este lúdico, vivido pelos Capuxu, marcado essencialmente por jogos e brincadeiras, desenvolve-se durante a realização do trabalho ou de pequenas tarefas nas quais as crianças utilizam-se de sua imaginação e criatividade e transformam o caminho para o roçado e o espaço da roça num espaço, por excelência, de brincar, e fazem do trabalho agrícola um momento também de brincadeiras e descontração.

Embora estas crianças não disponham de recursos materiais para a compra de brinquedos de alta tecnologia, elas são ricas em capacidade criadora de driblar uma realidade de trabalho e pobreza. Incorporam, pois, o lúdico no trabalho e o trabalho no lúdico com uma arte e ingenuidade típicas das crianças. Os seus brinquedos são confeccionados a partir dos elementos do trabalho – como o sabugo de milho que vira boneca – e os modos de brincar são, por diversas vezes, uma imitação do saber adulto – como brincar de matar passarinhos, atirando pedrinhas. Não há, assim, uma substituição dos brinquedos e fantasias da idade pela triste realidade da roça, mas um modo diferente de se viver o lúdico.

4 HÁ TRABALHO INFANTIL QUE NÃO EXPLORA?

Tomar a categoria trabalho como objeto de reflexão na atualidade, pode não parecer, a princípio, uma proposta original, haja visto o número de estudos que vêm surgindo na tentativa de pensar as modificações ocorridas no modo de apreender esta categoria. Entretanto, por mais variados ou detalhados que sejam os estudos realizados sobre um tema, nenhum aspecto pode ser esgotado por inteiro, posto que haverá sempre um novo ângulo ou uma nova ótica sob a qual o assunto poderá ser visto.

Todas as culturas e sociedades possuem um modo próprio de lidar com as formas de produção social, por isso o trabalho se manifesta nas mais variadas formas e ocupa o imaginário do ser humano. Falar sobre este tema não é tarefa fácil devido à riqueza e quantidade de atributos que incidem sobre a noção de trabalho, que vão desde questões mais tangíveis às mais abstratas.

Na atual sociedade caracterizada pelo capitalismo, o trabalho e suas relações adquiriram enorme complexidade estando sempre associado a forte exploração de mão-de-obra. A crescente exigência de consumo da sociedade moderna e a desigualdade sócio-econômica da sociedade capitalista aparecem

nas mais variadas formas.

Todavia - desde o início da industrialização capitalista - além da utilização do trabalho adulto, o capitalismo estendeu a exploração às crianças, que são consideradas mão-de-obra barata. Essa mão-de-obra passou a ser usada nas fábricas, oficinas, olarias, canaviais, e etc. A partir de então, tornou-se polêmica a discussão sobre o trabalho infantil.

Este tipo de trabalho não é uma “invenção” da sociedade moderna nem tampouco do capitalismo. Sabemos do trabalho realizado por crianças em tribos indígenas, no sistema feudal, etc. Todavia, no caso do trabalho indígena infantil, este estava revestido de um princípio socializador. Já nos sistemas escravistas e no sistema feudal podemos observar a árdua exploração própria do processo produtivo.

Na sociedade industrial (rural e urbana) o trabalho infantil perdeu quase que por completo seu caráter socializador, tornando-se principalmente exploração, gerador de lucro e/ou excedente.

Com a extensão da exploração capitalista do trabalho infantil iniciou-se uma polêmica discussão. Se a grande jornada de trabalho, as más condições para a realização deste, além mesmo do grande número de acidentes ocorridos durante a realização do trabalho, já eram assustadores quando envolviam adultos empregados e explorados por todo o mundo, a utilização do trabalho infantil sensibilizou e preocupou o senso comum em geral, os meios de comunicação de massa e a ciência.

Mas afinal, a que tipos de trabalhos se referem as grandes teorias que falam sobre a exploração da mão-de-obra humana? Será a exploração característica definidora do que se entende por trabalho? Estará a exploração presente em todas as formas de trabalho?

Ao longo da história, as ciências sociais, através de autores como Karl Marx, tomaram o trabalho como categoria importante para a compreensão do modo de produção capitalista. Devido à forte influência que Karl Marx exerceu sobre o estudo do sistema capitalista e do trabalho, a perspectiva marxiana de trabalho alienado e de sua exploração pode ser estendida aos mais diversos modos de produção e às mais diversas culturas.

O fato é que desde a análise marxiana do trabalho, produzida em um determinado momento da história social em que a humanidade caminhava para o auge do sistema capitalista, este conceito passou a ser associado à essência mesma de toda a riqueza material, e não apenas na sociedade capitalista.

Marx o define: “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho”. (MARX, 1978, p. 3) Esse trabalho seria o responsável por qualquer riqueza adquirida.

Todavia, compreender o trabalho apenas a partir da perspectiva da produção de riqueza não deixaria à margem uma série de variáveis igualmente importantes? Esta noção que prescreve o caráter consagrado da exploração vincula-se essencialmente à própria dinâmica do sistema capitalista, realizada entre dominado e dominador. Assim, tem-se de um lado a classe proletária, que possuía apenas a força de trabalho para oferecer em troca dos meios e condições necessárias para a sua própria sobrevivência; e por outro lado, os grandes capitalistas que compravam a força de trabalho dos explorados, de modo que a exploração do trabalho aumentava na medida em que os donos dos meios de produção perdiam suas posses para os capitalistas. A dissociação dos trabalhadores de seus meios de produção resultava na necessidade de vender a sua força de trabalho.

Não obstante todas as transformações por que vem passando o capitalismo ao longo do tempo, o trabalho continua como premissa e fundamento do sistema capitalista. A noção de trabalho está vinculada tanto a produção de riqueza quanto à exploração envolvida no processo produtivo.

Entretanto, a concepção marxiana da exploração do trabalho é clara: essa exploração só existe com a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, pois toda relação de exploração exige a existência de exploradores e de explorados. Isto é, o sentido de ser dessa exploração era a maximização do lucro e a produção de mais valia por parte dos explorados que precisavam vender sua força de trabalho aos exploradores detentores dos meios de produção.

Sem a dissociação dos meios de produção, os trabalhadores poderiam trabalhar de modo autônomo, obtendo o necessário para a sua sobrevivência sem ter que vender sua força de trabalho. Assim, a exploração do trabalho perdia a razão de ser, havia neste caso, a divisão do trabalho entre os próprios membros da família.

Ora, se a noção de exploração do trabalho envolve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção e a venda da sua força de trabalho, os trabalhos desenvolvidos na moderna sociedade capitalista na qual não há dissociação dos trabalhadores dos meios de produção exigem metodologia de análise diferenciada.

Este é o caso da agricultura camponesa da qual tratamos, que utiliza-se basicamente do trabalho da própria família com caráter de cooperação e divisão familiar do trabalho. Não está equipada com grandes máquinas, mas usa instrumentos rudimentares e não visa a produção em larga escala, mas o necessário para a sobrevivência digna da família.

Este tipo de trabalho, desenvolvido pelos agricultores Capuxu, requer um certo esforço por parte dos intelectuais para compreender a dinâmica das sociedades que, embora sobrevivam na sociedade capitalista, devem ser

analisadas a partir de seu próprio contexto, de suas condições específicas e de suas estratégias de sobrevivência num contexto geral onde predomina a exploração capitalista do trabalho.

Os camponeses do Sítio Santana detêm a terra e os demais meios de produção e fazem uso da mão-de-obra da própria família. Logo, este trabalho não pode ser pensado como exploração, uma vez que não há venda da força de trabalho, e nem idéia de lucro, premissa da agricultura empresarial.

A experiência com o povo Capuxu aponta para a consideração de que a agricultura camponesa não pressupõe a lógica da exploração do trabalho. O trabalho é realizado com o esforço combinado de todos os membros da família, inclusive o das crianças. Pais e filhos trabalham juntos na terra, cujos primeiros são responsáveis pelo capital simbólico (experiência repassada de gerações anteriores e de anos de prática) e os segundos exercem o papel de aprendizes, futuros herdeiros da responsabilidade dos mestres, seus pais. Em outros termos, os pais, organizadores e administradores da produção, e os filhos, a garantia de que a família continuará a se reproduzir enquanto unidade de produção familiar. Neste contexto, o trabalho infantil é essencialmente socializador.

De acordo com Sarti (1996) “as crianças de famílias pobres são socializadas tanto para o trabalho como para a escolarização”. Estas atividades são complementares na busca de uma boa formação da dignidade das crianças. A partir dessa perspectiva, percebemos que o trabalho realizado pelas crianças adquire um caráter diferente da busca pela produção de riqueza material, mas guarda sua forma de dispositivo de socialização.

Entre os agricultores familiares estudados, encontramos uma preocupação freqüente com o estudo dos filhos a partir dos sete anos, no grupo escolar local ou na cidade mais próxima, mas que não os isenta da atividade agrícola. As crianças Capuxu conciliam o trabalho e os estudos. Nesta comunidade, o trabalho ainda tem um grande valor moral, é a riqueza simbólica passada a estas crianças. De acordo com Neves:

há formas de trabalho infantil, fundamentais na transmissão do patrimônio de saberes e disciplinas de certas profissões e de construção do herdeiro e, principalmente, do sucessor, no caso do trabalhador artesanal, profissional ou camponês. Sob a orientação e supervisão dos pais ou de gerações anteriores de trabalhadores, os adolescentes ou pré-adolescentes se incorporam ao processo de socialização pro-

fissional e de ritualização da mudança de posição, ingressando-se na idade adulta. (NEVES, 1999, p.10-11).

Assim, o trabalho infantil pode representar um saber transmitido de geração a geração como valor moral, que orienta a maneira de ser dos indivíduos, num determinado grupo social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: trabalho infantil capuxu - exploração ou socialização?

Na sociedade contemporânea é comum encontrarmos denúncias desde os meios de comunicação até na própria academia, de um trabalho infantil explorador e violento, típico da sociedade capitalista. Estes estudos afirmam, de forma generalizadora, que todo trabalho realizado durante a infância é violento e prejudicial nessa fase do ciclo de vida.

Assim, o tema tem se tornado cada vez mais comum nas academias, publicações e nos debates científicos. Os meios de comunicação de massa divulgam frequentemente números assustadores em manchetes estampadas nas primeiras páginas dos jornais denunciando maus tratos, violência e exploração do trabalho infantil. Denuncia-se que a realização de um trabalho durante a infância conduz a usurpação desta fase e/ou ciclo de vida, massacrando este período da vida das crianças denominado “infância” e revelando uma “infância perdida”.

Em razão do que acontece nos plantios de cana e olarias, por exemplo, este tipo de interpretação do trabalho infantil emerge nestas obras como responsável pela “infância perdida” das crianças no campo em quaisquer circunstâncias.

Mas isso não é o que acontece quando o trabalho infantil é realizado por filhos de trabalhadores que não estão dissociados dos meios de produção; quando este tipo de trabalho não visa enriquecer os pais. Que outros valores estariam em jogo quando as crianças são levadas ao trabalho? Como pensar a disciplina e a socialização adquiridas na infância através do trabalho? Como refletir uma educação que não leve as crianças à ética, à disciplina e à responsabilidade do trabalho? Este trabalho infantil seria realmente um problema social?

Conforme Neves (1999, p.9), o trabalho infantil “tem sido considerado símbolo do irreconhecimento de determinadas atividades produtivas penosas, realizadas por crianças e adolescentes” .

De acordo com esta autora, o uso da mão-de-obra infantil deve ser pensada a partir do tipo de trabalho, das condições de sua realização, de seus

valores e do contexto geral, não deve ser generalizado, com o intuito de negativizá-lo ou enquadrá-lo a um tipo que, de fato, usurpa a infância e explora as crianças, pois se corre o risco de defender uma visão deturpada da realidade.

A perspectiva negativista e generalizada do trabalho infantil pode ser pensada como resultante da ampliação da concepção marxiana de trabalho explorado, aos mais diversos âmbitos, às mais diversas formas de trabalho. Tendo aqui, chamar a atenção para a particularidade do uso do trabalho infantil junto aos produtores familiares.

Diante da crescente exploração do trabalho infantil em todos os níveis e da marginalidade social pós anos 70, o trabalho infantil foi associado à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu portador. Logo, o trabalho das crianças é interpretado como “resultado da violência e exploração do modo de produção capitalista, que se fundamenta, historicamente, na dissociação entre trabalhadores e meios de produção” (NEVES, 1999, p.10).

Com base nisso, haveria sentido a informação de que há exploração do trabalho infantil entre crianças camponesas? Há a relação patrão/empregado entre pais e filhos neste tipo de trabalho? Se não houve a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, pontapé inicial para qualquer relação de exploração, como pensar este trabalho realizado pelas crianças como exploração? Como violento e perverso? Há, neste caso, a venda da força de trabalho infantil? Haverá a busca pela riqueza material? Se o trabalho destas crianças não visa enriquecer seus pais, por que razão essas crianças são levadas ao roçado e conseqüentemente ao trabalho?

De acordo com Leite “a criança da área rural brinca e se relaciona com seus pares, ao mesmo tempo em que convive com seus outros papéis, suas funções dentro da comunidade familiar, o cumprimento de suas tarefas”. (LEITE, 1996, p. 75).

Segundo esta autora, o trabalho rural é diferente do que vemos ser realizado no mundo urbano. No caso das crianças da zona rural, elas realizam desde bem pequenas as tarefas ao lado dos mais velhos, “além de ser visto como fundamental, o trabalho é valorizado e internalizado dentro da dimensão do querer, do gostar”. (LEITE, 1996, p. 77).

Acredito que devemos enfrentar o preconceito que entre nós, por graves razões sociais, separa as idéias de infância da de trabalho, principalmente por causa do fantasma da exploração infantil e da conseqüente perda do direito e da educação escolar.

Busquei entre as crianças Capuxu descobrir o motivo pelo qual elas iam ao roçado. Seu trabalho, ao contrário do que costuma dizer a literatura generalizadora do trabalho infantil, não violentava ou explorava essas crianças.

Embora realizado sob o escaldante sol do sertão nordestino, o trabalho das crianças Capuxu está sempre envolto de diversão, brincadeira e principalmente de simbologia.

Percebi com estas crianças que a ida ao roçado e, naturalmente, ao trabalho possui um significado que escapa inteiramente à ótica da exploração denunciada pelos autores marxistas. O trabalho infantil, no caso em questão, se resume a pequenos serviços prestados aos pais e irmãos como levar o café, a água potável ou mesmo um instrumento esquecido ao roçado.

Quando se dispõem a ajudar no dito “trabalho pesado”, esses pequenos utilizam-se de instrumentos menores que o normal, geralmente improvisados e não trabalham mais que alguns minutos e logo voltam a brincar ou caminhar pelo roçado. Talvez a presença destas crianças no lugar do trabalho, que parte do desejo deles, possa ser pensada pelo cansaço dos mesmos brinquedos, espalhados pelo chão da sala ou largados numa caixa de papel. Caminhõezinhos sem rodas e bonecas sem cabeça, olhos ou um dos membros, são os mais comuns.

No roçado, as crianças sentem-se úteis como um adulto ao realizar seu “trabalho”. Aliás, é esse o sentido atribuído ao trabalho pelas crianças e essencialmente pelos seus pais: utilidade, responsabilidade e disciplina.

Ir ao roçado é socializar-se. O roçado se constitui como o espaço principal de convivência familiar, já que nele as crianças passam a maior parte do tempo. É, além de imitação do saber e do fazer adulto, aprender a cumprir horários, cuidar dos instrumentos de trabalho, obedecer aos mais velhos, conhecer e observar a natureza. Se responsabilizar pelos grãos de milho ou feijão expostos ao sol sem deixar que as aves os tomem como alimento.

Executar qualquer trabalho entre eles, seja no roçado ou no terreiro⁶, contando e tangendo as galinhas para o poleiro, é um modo de assumir responsabilidade. Embora estes pequenos não tenham consciência disso e se deixem envolver muito mais pela magia de se sentirem úteis junto aos adultos, é assim que o trabalho é compreendido pelos seus pais, até o momento de frequentarem a escola, quando acrescentarão mais esta tarefa às do roçado.

No caso específico das crianças Capuxu, encontro evidências para refutar as teorias que afirmam que o trabalho infantil é sempre perverso e explorador, sinônimo de “infância perdida” para aqueles que o praticam. Estas teorias estigmatizam o trabalho infantil, desconsideram o contexto e a forma como este trabalho é desenvolvido pelos pequenos produtores, além do valor sócio-educacional atribuído a ele por cada cultura.

O trabalho infantil, como dispositivo de socialização para estas crianças, perde sua excelência apenas para o lúdico (a brincadeira ou o brincar compartilhado), que o precede e se traveste do próprio trabalho. Um outro forte

mecanismo de socialização, a escola, virá ainda se unir a esses dois – lúdico e trabalho - a partir dos sete anos de idade, mas este novo dispositivo não os exclui, complementa-os.

Não quero com isso dizer que as referidas denúncias sobre um trabalho infantil perverso e violento são falsas ou que não mereçam ser estudadas. Estas ocorrem tanto no campo, carvoarias, canaviais, olarias quanto na zona urbana, onde realmente há exploração do trabalho infantil, visando apenas o lucro, a baixo custo, sem nenhum intuito educativo e que deve ser combatido e denunciado.

Todavia, no caso das crianças Capuxu, descubro, no mais legítimo exercício de relativização que já pratiquei, diferentes formas de se vivenciar o lúdico, o trabalho e a infância. Sendo esta última compreendida não apenas como o momento por excelência da vivência do lúdico (como a tem definido ao longo do tempo as Ciências Sociais), mas também como o momento da preparação para o trabalho.

No caso do trabalho infantil camponês e, especialmente, o trabalho das crianças Capuxu, a relativização foi, de fato, a melhor maneira de compreendê-lo enquanto fator de socialização e perceber a importância que ele tem para a comunidade de modo geral.

Pois está o trabalho revestido de brincadeira. As crianças Capuxu trabalham e brincam ao mesmo tempo de modo que o roçado, espaço de trabalho, transforma-se em espaço para brincar e os instrumentos de trabalho em brinquedos.

Logo, neste caso, o lúdico está travestido no trabalho e desses dois elementos, lúdico e trabalho, se reveste a infância.

Mas esse exercício relativizador ainda não terminou. Vivendo entre o povo Capuxu, e praticando a observação participante, eu vivencio a pesquisa como um empreendimento solitário e construo uma etnografia de como as crianças Capuxu vivenciam o lúdico no universo do trabalho. Neste percurso, descubro continuamente, o trabalho como possibilidade de vivência do lúdico e da socialização. Uma socialização instaurada através do trabalho e do lúdico que não tem hora nem lugar para acontecer.

**RELATIVIZING CHILDREN'S LABOUR FROM AN
ETHNOGRAPHICAL EXPERIENCE:
the case of Capuxu children.**

ABSTRACT

Children's labour has been understood, in a general sense, as a social problem, which gave origin to Federal Government programs such as the PETI (Program of Eradication of Children's Labour). It is true that children's labour is many times synonymous of exploration and mistreatments, but those characteristics are not true in the conditions of rural agriculture because in that case, the familiar work is not ruled by strict commandings of profits, there is no exploration of the labour force of its members, once there is not the dissociation of the workers of the production means. In this way, children's labour seems to acquire a different meaning of that of simple production of material wealth, becoming a means of learning, affirmation of rural identity and socialization of the children in the family and in the community. Going to the country means to socialize, once the country represents the main space of familiarity and communitarian living. That research was developed among the Capuxu children, in the backlands of Paraíba State.

Keywords: Children's labour, Socialization, Rural Children.

Notas

¹ Esta descrição é um fragmento do meu Diário de Campo 1999/2000, quando estudava a disposição dos jovens bem assumirem o trabalho agrícola entre a comunidade Capuxu. Embora o grupo específico ao qual esta pesquisa se dirigia fosse os adolescentes filhos de agricultores familiares, não pude deixar de perceber - através da observação direta - a execução do trabalho agrícola por crianças ainda não frequentadoras da escola.

² De acordo com a Geologia é uma forma de revelo em posição altimétrica mais baixa que as porções contíguas. (HOUAISS, 2001. p. 943).

³ EMATER, 2000.

⁴ Capuxu – s.m. bras. Zool. Inseto Himenóptero. Vespa social da família dos vespídeos, de

coloração negra e cerca de 12 mm de comprimento, que nidifica em cavidades de árvores, cupinzeiros e buracos de tatu. (HOUAISS, 200, p.615).

⁵ Carnal: adj. Diz-se de grau de parentesco próximo, especialmente de irmãos e primos (Dicionário Houaiss da língua portuguesa, 2001:629). Termo popular. Entende-se por primos carnais, aqueles cujos pais são irmãos entre si. Ex: dois irmãos que se casam com duas irmãs, “casamento trocado”, seus filhos serão primos carnais.

⁶ Entendemos aqui como terreiro, o espaço situado à frente da casa. Os fundos da casa é chamado por eles de “monturo”.

REFERÊNCIAS

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores 1983.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro:Guanabara,1986.

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da Terceira Revolução Industrial**. Aracaju: Editora UFS,1999.

BENJAMIN, W. Brinquedo e Brincadeira: observações sobre uma obra monumental. In: **MAGIA e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense,1987.

BENJAMIN, W. “Infância em Berlim por volta de 1900.” In: **Rua de Mão Única. Obras Escolhidas**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, [19--].v.2.

_____. “História cultural do brinquedo”. In: **MAGIA e Técnica, Arte e Política. Obras escolhidas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

DEMARTINI, Z. de B. F. e LANG, A. B. da S. G. **Educação e Trabalho: um estudo sobre produtores e trabalhadores na Agricultura Paulista**. São Paulo: CERU e FFLCH/USP,1983.

EMATER. **Estudo da Realidade do Município. Levantamento de Informações**. Santa Terezinha – PB, 2000.

- FREYRE, G. O Pai e o Filho. In: **Sobrados e Mocambos**. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GARCIA JR., A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Aplicada, 1989.
- GHIRALDELLI, Jr., P. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. **Revista do Centro de Educação**. S/l. v..26, n.02, mês. fev. 2001.
- HOUAISS, Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Cortes, 2001.
- LEBOVICI, S; DIATKINE, R. **Significado e função do brinquedo na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- LEITE, M. I. F. Pereira. O Que falam de escola e saber as crianças da área rural? Um desafio da pesquisa de campo. In: KRAMER, S; LEITE, M. I. (Orgs.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- MARTINS, J. de S. (Coord.) **O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. “Terceiro Manuscrito”. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. Os efeitos desses progressos na situação da classe operária. In: **O Capital**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MENEZES, M. A. **Socialização de meninos e meninas em famílias camponesas – 1960 a 1990**. (Monografia), São Luís, 2000.
- NEVES, D. P. **A perversão do Trabalho Infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto, 1999.
- PIMENTA, S. M; CORRÊA, M. L. **Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- PRIORE, M. (Org.) **História da Criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- PRIORE, M. (org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTOS, J. D. F. **Trabalho Infante-Juvenil e a Violação do Corpo**. Dis-

sertação de Mestrado apresentada ao PPGS/UFPB, Campina Grande, Paraíba, 1998.

SARTI, C. A. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SOUSA, Emilene L. **“Que trabalhais como se brincásseis”:** trabalho e ludicidade na infância Capuxu. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGS/UFCG/UFPB, Campina Grande, Paraíba, 2004.

_____. “O futuro profissional da juventude rural: os jovens Capuxu e os filhos do Quandu”. In: **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural**. DUQUE, G. (org.) João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

_____. “Trabalho é coisa séria. Brincadeira também: (Ou de como as crianças Capuxu trabalham brincando)”. In: **Anais do II Encontro de Pós-Graduação da América Latina**. São José dos Campos, 2002.

_____. “Quando o Outro sou eu: fios e desafios de uma pesquisa com crianças”. In: **Anais do III Encontro de Pós-Graduação**. São José dos Campos. UNIVAP, 2003.

_____. “Repensando a infância: uma revisão conceitual histórico-filosófica”. In: **Anais do III Encontro de Pós-Graduação**. São José dos Campos. UNIVAP, 2003.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. “Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro”. In: **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. TEDESCO, J. C. (org.), Passo Fundo: EDIUFPA, 1994.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.